ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO
PPA 2026-2029

Aos sete dias do mês de março de 2025, às 13hs.,reuniram-se na sala de reuniões do Paço Municipal, para discutir as ações e programas para o PPA 2026-2029, o Sr. Antônio Aparecido Rischini (Contador), a Sra. Nilsa de Fátima Botaro (Diretora de Finanças), a Sra. Ana Cristina Strozzi (Contadora), da Secretaria de Finanças, a Sra. Michelle Miorim Libero (Secretária de Saúde), a Sra. Jossilane Sousa Rocha Cardoso (Diretora de Saúde) e o Sr. Celso Toshiaro Okano Junior (Diretor da Divisão de Prevenção Médica à Saúde) da Secretaria de Saúde. Sendo o Sr. Rischini, designado para fornecer os dados para a reunião, demonstra as descrições dos programas e ações da Secretaria de Saúde, orientando sobre a forma de preenchimento da planilha do PPA, por exemplo, a descrição do programa/ação, o campo indicador e a quantidade a ser atendida por cada programa/ação e lembra que o Tribunal de Contas vem apontando a falta de planejamento e a discrepância nas unidades de medidas dos indicadores, não havendo transparência na demonstração dos resultados, visto a utilização apenas de percentual. Lembra que deverá ser considerado o plano de governo, devendo ser criados programas e ações que possibilitem a visualização de cada um. Com dúvidas sobre a forma de dar transparência, vista a complexidade das ações realizadas pela Secretaria de Saúde surgiram algumas perguntas de como mensurar as ações à população. Foi falado que o indicador talvez seria a forma mais correta de demonstrar se o planejado vai ser cumprido. Foram elencadas algumas ações como a vacinação, os atendimentos nos postinhos, as viagens para consultas fora do município, saúde da mulher, assistência farmacêutica, atendimentos na Atenção Básica, Média e Alta Complexidade e a necessidade de manter um controle rigoroso para a comparação dos dados no final do exercício. Foi sugerido utilizar a mesma linha da União e Estado na criação dos programas

e ações. Enfim foram consultados e discutidos alguns modelos de PPA de outros municípios para se ter uma ideia para a elaboração. Finalizando foi reforçada a explicação sobre como preencher a planilha, que seria enviada por email. Nada mais havendo a ser tratado e com a confirmação do entendimento de todos, declara encerrada a reunião, lavra a presente Ata a qual foi considerada aprovada e assinada por todos os presentes.

nilsa E. Botaro

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO
PPA 2026-2029

Aos quatorze dias do mês de março de 2025, às 8hs, reuniram-se na sala de reuniões do Paço Municipal, para discutir as ações e programas para o PPA 2026-2029, o Sr. Antônio Aparecido Rischini (Contador), a Sra. Nilsa de Fátima Botaro (Diretora de Finanças), a Sra. Ana Cristina Strozzi (Contadora), da Secretaria de Finanças, a Sra. Alessandra de Jesus Batista Paganotto (Secretária de Educação), a Sra. Sandra Elisa Marcatto Bonani (Chefe da Seção de Recursos Financeiros), o Sr. Ricardo Pereira Neto (Chefe da Seção de Alimentação Escolar) e o Sr. Altemar Nunes (Secretário de Escola), da Secretaria de Educação e a Sra. Cibele Cristina dos Santos de Fábio (Controladora Interna). Sendo o Sr. Rischini, designado para fornecer os dados para a discussão, demonstra as descrições dos programas e ações atuais da Secretaria de Educação, orientando sobre a forma de preenchimento da planilha do PPA, por exemplo, a descrição do programa/ação, o campo indicador e a quantidade a ser atendida por cada programa/ação e lembra que o Tribunal de Contas vem apontando a falta de planejamento e a discrepância nas unidades de medidas dos indicadores, não havendo transparência na demonstração dos resultados, visto a utilização apenas de percentual. Lembra que deverá ser considerado o plano de governo, devendo ser criados programas e ações que possibilitem a visualização de cada um. Surge uma dúvida sobre a forma de medir a execução das ações e que a melhor forma de analisar seria por aluno atendido, podendo ser individualizado nos indicadores. Outro ponto comentado foi proporcionar um ambiente seguro e boas condições de trabalho, com um conjunto de ações para chegar com excelência no destino final, cujo foco é o aluno. Foi falado sobre os cursos profissionalizantes, que talvez pudesse ficar em uma unidade fora da educação. Foi comentado sobre a UNIVESP, que por ser Ciclo II, não é despesa da educação. Durante a reunião foi discutido também, sobre o orçamento de 2025,

com um valor para execução de obras dentro da aplicação do ensino, recursos próprios, que não será utilizado e que seria anulado para suplementar dotação da merenda escolar. O Sr. Rischini reforça sobre a forma de criar os programas e ações e o preencher a planilha do PPA. Nada mais havendo a ser tratado e com a confirmação do entendimento de todos, declara encerrada a reunião, lavra a presente Ata a qual foi considerada aprovada e assinada por todos os presentes.

Nilsa F. Batara

Manoel Vianna Nunes

Maganotto

Dibili B. S. de Fabio

Bonani

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO
PPA 2026–2029

Aos vinte e um dias do mês de março de 2025, às 8:00 hs, reuniram-se no auditório da Secretaria de Educação, para discutir as ações e programas para o PPA 2026-2029, o Sr. Antônio Aparecido Rischini (Contador), a Sra. Nilsa de Fátima Botaro (Diretora de Finanças), a Sra. Ana Cristina Strozzi (Contadora), da Secretaria de Finanças, a Sra. Thaise Cristina Costa Panone (Secretária), a Sra. Cilmara Luiza Batista (Diretora), o Sr. Carlos Eduardo Matos da Luz (Escriturário), da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. Sendo o Sr. Rischini, designado para fornecer os dados para a discussão, demonstra as descrições dos programas e ações atuais orientando sobre a forma de preenchimento da planilha do PPA, por exemplo, a descrição do programa/ação, o campo indicador e a quantidade a ser atendida por cada programa/ação e lembra que o Tribunal de Contas vem apontando a falta de planejamento e a discrepância nas unidades de medidas dos indicadores, não havendo transparência na demonstração dos resultados, visto a utilização apenas de percentual. Lembrou que deverá ser considerado o plano de governo (Programa Acolher), devendo ser criados programas e ações que possibilitem a visualização de cada um, sendo o "Kit Lanches" para os pacientes da saúde, o "Café da Manhã Solidário", o "Programa de Inclusão para Adultos e Idosos" e "Discriminação Zero". Houve algumas opiniões sobre como efetuar a compra dos alimentos para o café da manhã solidário e o controle na distribuição. Comentou-se também a possibilidade de separar a folha de pagamento por centro de custo e separar ações como por exemplo: "Mulher vítima de violência", "Munícipes Vulneráveis" e outros. Reforça sobre o preenchimento correto da planilha que irá gerar o PPA. Finalizando a reunião, o Sr. Rischini diz que a planilha será enviada por email para as devidas alterações. Nada mais havendo a ser tratado e com a confirmação do

entendimento de todos, declara encerrada a reunião, lavra a presente Ata a qual foi considerada aprovada e assinada por todos os presentes.

Nilsa de Fátima Botaro

Dando sequência à reunião do dia vinte e um de março de 2025, às 9:30 hs, reuniram-se no auditório da Secretaria de Educação, para discutir as ações e programas para o PPA 2026-2029, o Sr. Antônio Aparecido Rischini (Contador), a Sra. Nilsa de Fátima Botaro (Diretora de Finanças), a Sra. Ana Cristina Strozzi (Contadora), da Secretaria de Finanças, o Sr. Roberto Bonani de Sousa (Secretário) e a Sra. Jackelini Cristina Strozzi (Chefe da Seção de Eventos, Esportes, Lazer e Turismo), da Secretaria de Esporte Lazer e Turismo. Sendo o Sr. Rischini, designado para fornecer os dados para a discussão, demonstra as descrições dos programas e ações atuais orientando sobre a forma de preenchimento da planilha do PPA, por exemplo, a descrição do programa/ação, o campo indicador e a quantidade a ser atendida por cada programa/ação e lembra que o Tribunal de Contas vem apontando a falta de planejamento e a discrepância nas unidades de medidas dos indicadores, não havendo transparência na demonstração dos resultados, visto a utilização apenas de percentual. Demonstra as descrições dos programas e ações atuais da Secretaria e repete as mesmas orientações dadas à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social quanto ao preenchimento da planilha do PPA e quanto à transparência dos programas e ações. Foi sugerido separar as despesas com festividades, separar eventos, fazer relatórios analíticos das ações realizadas pela

Secretaria, criando programas e ações que identifiquem os eventos. Foram lembrados que devem ser criados programas e ações que atendam ao Plano de Governo, sendo "Reforma Interna e Externa do ginásio de Esportes", "Ampliar as escolinhas do Projeto Criança", "Criação do Centro Avançado de Esportes", "Criação da Fundação Pró Esporte", "Implantação da Bolsa Esporte", "Implantação de Pista de Skate", Realização do Galinho de Ouro", "Investimentos para Colocar em funcionamento o CLT do Jardim Albertina", "Construção de área destinada para atividades esportivas no Bairro Tamanduá" e "Investimentos para melhorias no CLT do Bairro Santa Cruz". Surge a dúvida de como mensurar as obras e chegou-se à conclusão de que metros quadrados seria a forma mais correto. Finalizando, o Sr. Rischini diz ao Secretário Betinho que a planilha será enviada por email para as alterações pertinentes. Nada mais havendo a ser tratado e com a confirmação do entendimento de todos, declara encerrada a reunião, lavra a presente Ata a qual foi considerada aprovada e assinada por todos os presentes.

Nilsa F. Batara

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO
PPA 2026-2029

Aos vinte e oito dias do mês de março de 2025, às 8hs, reuniram-se em sala anexa ao Paço Municipal, para discutir as ações e programas para o PPA 2026-2029, o Sr. Antônio Aparecido Rischini (Contador), a Sra. Nilsa de Fátima Botaro (Diretora de Finanças), a Sra. Ana Cristina Strozzi (Contadora), da Secretaria de Finanças, a Sra. Maria Cristina Aristeu Pessoa (Diretora Da Div. De Projetos E Obras Públicas), da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, o Sr. Valdecir Luis Marcolino (Secretário), a Sra. Silvana Maria Guerreiro Machado (Chefe da Qualidade de Recursos Hídricos), a Sra. Sueli Aparecida Govoni (Diretora de Meio Ambiente), o Sr. Dario Maio (Chefe de Fiscalização Ambiental), da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e a Sra. Cibele Cristina dos Santos de Fábio (Controladora Interna). Sendo o Sr. Rischini, designado para fornecer os dados para a discussão, demonstra as descrições dos programas e ações atuais de cada Secretaria, orientando sobre a forma de preenchimento da planilha do PPA, por exemplo, a descrição do programa/ação, o campo indicador e a quantidade a ser atendida por cada programa/ação e lembra que o Tribunal de Contas vem apontando a falta de planejamento e a discrepância nas unidades de medidas dos indicadores, não havendo transparência na demonstração dos resultados, visto a utilização apenas de percentual. Lembrou que deverá ser considerado o plano de governo, devendo ser criados programas e ações que possibilitem a visualização de cada um. Foi dito que a responsabilidade de fazer o controle por centro de custo é de cada Secretaria, para acompanhamento e controle das alterações orçamentárias, diante dos diversos questionamentos do Tribunal de Contas, justificando o motivo das alterações. A planilha será fornecida pela Sr. Rischini, indicado para juntar as informações e finalizar o PPA. Foi feita uma observação pelo Sr. Valdecir sobre a necessidade de se fazer um planejamento e cumpri-lo,

analisar as despesas menos essenciais, prever o necessário e após analisar a possibilidade de incluir novas despesas, que o Tribunal de Contas, às vezes, confunde as atribuições do setor de meio ambiente, que o gestor deve conhecer bem a estrutura a qual é responsável, conhecer a receita para planejar com responsabilidade. Surgiu uma dúvida levantada pela Sra. Cristina sobre que Secretaria executaria a construção de uma ponte, de quem seria o programa e a ação. Comentou-se sobre a Univesp, seria ensino? Sr. Dario comenta sobre a possibilidade de separar "Defesa Civil", "Licenciamento" e "Fiscalização". Continuando, foi orientado a elencar as prioridades (quantitativos e valores), utilizar o plano anual de contratação. Sr. Valdecir fala sobre a atualização da receita, sobre os recebimentos advindos do REFIS. Sr. Rischini comenta que as únicas receitas confiáveis são ICMS, FPM e FUNDEB e que devem ser buscados recursos do Estado e União (convênios). Sr. Rischini reforçou a correta utilização das unidades de medidas. Nada mais havendo a ser tratado e com a confirmação do entendimento de todos, declara encerrada a reunião, lavra a presente Ata a qual foi considerada aprovada e assinada por todos os presentes.

Nilsa F. Botaro

Dibele B. S. de Fabio

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO
PPA 2026-2029

Aos quatro dias do mês de abril de 2025, às 8:30hs., reuniram-se na sala de reuniões do Paço Municipal, para discutir as ações e programas para o PPA 2026-2029, o Sr. Antônio Aparecido Rischini (Contador), a Sra. Nilsa de Fátima Botaro (Diretora de Finanças), a Sra. Ana Cristina Strozzi (Contadora), da Secretaria de Finanças, o Sr. Adriano Edson da Silva Harari (Secrétario), a Sra. Maria Cristina Castiglione Roque (Diretora) e o Sr. Lucas Venâncio de Souza (Diretor de Zeladoria), da Secretaria de Agricultura e Zeladoria e a Sra. Cibele Cristina dos Santos de Fábio (Controladora Interna). Sendo o Sr. Rischini, designado para fornecer os dados para a discussão, demonstra as descrições dos programas e ações atuais da Secretaria de Agricultura e Zeladoria, orientando sobre a forma de preenchimento da planilha do PPA, por exemplo, a descrição do programa/ação, o campo indicador e a quantidade a ser atendida por cada programa/ação e lembra que o Tribunal de Contas vem apontando a falta de planejamento e a discrepância nas unidades de medidas dos indicadores, não havendo transparência na demonstração dos resultados, visto a utilização apenas de percentual. Lembrou que deverá ser considerado o plano de governo, devendo ser criados programas e ações que possibilitem a visualização de cada um. Sr. Rischini disponibilizará a planilha com os dados atuais para que sejam projetados os valores e distribuindo as metas físicas para os quatro anos. O intuito das reuniões é deixar claro a necessidade de melhoria nas ações da agricultura e zeladoria, por exemplo, limpeza, praças, lixo, pavimentação, despesas rurais. Na base fornecida já constam a função, subfunção (de acordo com a Lei), devendo ser incluído, se for o caso, o novo programa e ações para realizar este programa, como exemplo, foi falado do programa "Cidade Limpa", podendo utilizar as pesquisas de mercado. Continuando a orientação sobre o preenchimento da

planilha foram mostradas as despesas com pessoal, que deverão ser projetadas, as alterações, incluindo as médias de horas extras, os encargos, também o auxílio alimentação. Foi dito que precisa ser feito um levantamento de tudo que é necessário para a execução de cada ação, a unidade de medida correta. Foi comentado sobre a terceirização da destinação do lixo, sobre o "SIM"-Serviço de Inspeção Municipal. Também, foi falado que pode existir um mesmo projeto/programa executado por várias Secretarias. Como exemplo de preenchimento falou-se da coleta de lixo, podendo criar um programa "Limpeza" com indicadores "Gasto caminhão de lixo". Foi falado sobre aquisição de um caminhão, fazendo um comparativo sobre os gastos para justificar uma provável aquisição, devendo ser mantida a despesa com manutenção do caminhão. Comentou-se sobre a possibilidade de separar as ações de manutenção das praças, incluir indicadores sobre "modernização da limpeza", separação do lixo e compostagem. Sobre o relatório de atividades anual, cujas alterações orçamentárias deverão ser acompanhadas e justificadas, cada Secretaria deverá manter uma rotina para ir atualizando o relatório. Por fim, sobre o programa "Melhores Amigos", falou-se em criar uma ação para microchipagem, podendo buscar convênio/parceria com a Faculdade, para reduzir custos. Orientou quanto a possibilidade de manter uma planilha para o controle das alterações orçamentárias, com detalhes por tipo de despesa, para facilitar a análise e preenchimento do relatório de atividades. Da Secretaria de Finanças não foi feito nenhum comentário sobre novos programas e ações. Nada mais havendo a ser tratado e com a confirmação do entendimento de todos, declara encerrada a reunião, lavra a presente Ata a qual foi considerada aprovada e assinada por todos os presentes.

Nilza de Fátima Betaro	Bibele B. S. de Fabrio
	Adriano E. S. Haraga
	Maria Cristina Castiglioni Pique
Lucas V. da Silva	

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO
PPA 2026-2029

Aos dez dias do mês de abril de 2025, reuniram-se na sala de reuniões do Paço Municipal, para discutir as ações e programas para o PPA 2026-2029, o Sr. Antônio Aparecido Rischini (Contador), a Sra. Nilsa de Fátima Botaro (Diretora de Finanças), a Sra. Ana Cristina Strozzi (Contadora), da Secretaria de Finanças, o Sr. Gustavo de Freitas (Secretário), da Secretaria de Administração, o Sr. Denis Medeiros da Silva (Chefe de Gabinete), do Executivo Municipal e a Sra. Cibele Cristina dos Santos de Fábio (Controladora Interna). Sendo o Sr. Rischini, designado para fornecer os dados para a discussão, demonstra as descrições dos programas e ações atuais de cada Secretaria, orientando sobre a forma de preenchimento da planilha do PPA, por exemplo, a descrição do programa/ação, o campo indicador e a quantidade a ser atendida por cada programa/ação e lembra que o Tribunal de Contas vem apontando a falta de planejamento e a discrepância nas unidades de medidas dos indicadores, não havendo transparência na demonstração dos resultados, visto a utilização apenas de percentual. Lembrou que deverá ser considerado o plano de governo, devendo ser criados programas e ações que possibilitem a visualização de cada um. Lembrou que as ações do Gabinete do Prefeito não são ações finalísticas. Orientou sobre as atividades, metas físicas, custo, quantitativo, sobre o relatório de atividades. Comentário pelo Sr. Denis e Gustavo sobre o acompanhamento das alterações e a alimentação da planilha no decorrer do exercício, mantendo atualizada. Alguns exemplos como projetar atendimento de 100 pessoas em determinada ação e atende 90, deverá ser justificado o não atendimento de 10 pessoas. Outro exemplo como projetar um valor de financiamento realizado pelo Banco do Povo e tentar atingir a meta. Para exemplificar foram mostrados e comentados alguns programas e indicadores de outra Secretaria (SELT). Para

maior transparência utilizar o indicador como forma de medição. Foi dito que antes de incluir qualquer nova ação, deve-se atender primeiramente as despesas de caráter continuado, analisando sempre as prioridades. Falou-se do fiel acompanhamento das alterações, visto que será necessário identificar com detalhe, o que está reduzindo e o que está suplementando. Continuando, surgiu uma dúvida sobre os prazos de entrega das peças de planejamento (PPA/LDO/LOA), visto que neste município segue o prazo da Lei Orgânica, sendo o PPA/LDO em junho e a LOA em setembro. Falou-se em alterar o prazo, para seguir a CF, onde a LDO é entregue em abril. Seguindo a orientação, foi demonstrada a planilha da folha de pagamento e a forma de preenchimento, com comentários sobre as horas extras e centro de custos divergentes, que deverão ser acertados. Feito comentários sobre o levantamento de preços da cesta básica e sobre o questionamento do Tribunal de Contas quanto à modalidade registro de preços. Finalizando, o Secretário de Administração comentou sobre as alterações dos códigos de matérias, que seguirão o Cadastro Nacional. Nada mais havendo a ser tratado e com a confirmação do entendimento de todos, declara encerrada a reunião, lavra a presente Ata a qual foi considerada aprovada e assinada por todos os presentes.

Milena de Fátima Betaro

Dibelli M. S. de Fabio

ATA DA REUNIÃO ENTRE A SECRETARIA DE FINANÇAS E SECRETARIA DE SAÚDE
PPA 2026-2029

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de 2025, reuniram-se, o Sr. Antonio Aparecido Rischini, contador, e a Sra. Jossilane Rocha Cardoso, para alinhar a elaboração do PPA 2026-2029. A Secretaria de Saúde apresenta alguns relatórios e levantamentos, sendo, relatórios de gestão, Siops, Plano Municipal de Saúde, entre outros. Rischini apresenta a planilha da Secretaria de Finanças, que dará orientação para mensuração, quantitativo e valores para cada ação de governo. Nada mais havendo a ser tratado, declara encerrada a reunião, lavra a presente Ata a qual foi considerada aprovada e assinada pelos presentes.

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO
PPA 2026-2029

Em 30/04/2025, às 8:30hs, na sala de reuniões, o Sr. Antonio Aparecido Rischini inicia mais uma reunião, na presença de representantes de todas as Secretarias, para discutir o planejamento, PPA 2026-2029 e LDO 2026. Feitas algumas observações sobre a sua experiência na elaboração das peças, algumas mudanças positivas, para melhorias, implantadas pelo novo governo para este PPA/LDO e o ponto de vista que poderá ser apresentado pelo Secretário de Finanças no decorrer da reunião. Diz que o Tribunal de Contas tem feito muitos apontamentos sobre o planejamento, mas sem rejeição, onde ocorre, já no início do exercício, solicitações de alterações de orçamentárias feitas pelas Secretarias, ficando muito aquém do planejado. Diz que as Secretarias devem tratar o orçamento da sua unidade como se fosse uma empresa que acabou de adquirir, analisando quanto fatura, o que precisa para fazer finalização do produto, para atingir o lucro visado. Já na prefeitura, espera-se a satisfação dos dirigentes e da população, fazer o máximo com menos e bem feito. Ser eficiente e despois buscar a eficácia. O intuito da reunião é verificar se todas as Secretarias já finalizaram as previsões para o PPA visto que em junho tem que estar finalizado, inserido no sistema e para análise dos recursos financeiros que será feita pelo Secretário de Finanças, de acordo com as prioridades. Tem ação que não tem como fugir, como saúde, abastecimento de água, educação. Na previsão tem que ser colocadas todas as ações necessárias para o atendimento básico, já as novas dependerão de recursos financeiros, com possibilidade de diminuição de custo das ações já existentes para que se possa implantar as novas ações. Para a folha de pagamento é importante verificar o centro de custo que está no RH, que poderá faltar dotação caso haja erro. Nos valores da folha estão sendo considerados os aumentos reais de cada exercício e deverá ser previsto aumento de salário, horas extras, podendo ser calculadas pela média e ver se haverá recurso financeiro para suportar. Finalizando as observações, Rischini sugere reunião individual com

cada Secretaria para finalizar o PPA. Cilmara fala dos documentos do TCE, teremos problema sobre os valores das entidades. O repasse deve ser custo per capta. Rischini diz que a entidade tem um custo e não há concorrência entre entidades. Se a entidade não consegue suportar as despesas operacionais a prefeitura tem que cobrir. Cilmara pergunta se tem que custear 100% e Rischini diz que sim. Tem entidade que tem algumas vantagens financeiras que viabiliza a parceria. Existem outras vantagens e dá como exemplo Madre Tereza com o trabalho dos voluntários (trabalho social) para a produção de fraldas. O tribunal pede que seja elencado todos os custos. Dá exemplo da Santa Casa que já era feito com todos os custos e as fontes de financiamento. Cilmara diz que no cálculo dos custos, por exemplo idoso, não são consideradas as emendas, os repasses do Estado, da União e a contribuição do idoso. Rischini diz que a entidade não sabe se vai receber emenda e se receber vai financiar o custeio. Gustavo diz que a entidade presta um serviço que interessa à população e a prefeitura e pode dizer o que a entidade pode colocar no plano de trabalho, individualizando todos os custos dos serviços e aquisições. Quando a emenda chega é pelo caixa da prefeitura. Se a entidade não fizer o plano de trabalho a Prefeitura não pode contratar. A entidade deve apresentar um plano de trabalho exequível. Karoline diz que o plano de trabalho pode ser contestado pela prefeitura, fazer os apontamentos e a entidade vai adequando. Michele comenta que as emendas impositivas passam pela prefeitura e as emendas de outras esferas não estão no plano e são utilizadas geralmente para investimento. Rischini diz que a prefeitura tem que custear todas as condições mínimas. Gustavo diz que vai depender do objeto do plano de trabalho e devemos verificar a ingerência da entidade. Se no plano de trabalho contrato 15 vagas e não utilizo, mesmo assim estou pagando. Michele diz que contrata, por exemplo internação, tendo ou não internação tem que pagar o médico. Outro exemplo, a Darevi, tem mês que tem 15 internos e em outro mês pode ter 12. Gustavo diz ser arriscado fazer um plano de trabalho que não possa ser controlado, por exemplo, as vagas podem ser controladas mas a

ingerência da entidade não pode ser controlada, trazendo problemas com o TCE. Cilmara diz que entidade está questionando o custeio de 100%. Karoline diz que vai estar espelhado no plano de trabalho, que não é imutável, conforme dito por Rischini e é um planejamento estratégico, como o PPA, podendo ser revisto. Cilmara pergunta se a prefeitura pode impor o valor no plano de trabalho e Karoline diz que não, mas pode fazer apontamentos. Rischini diz que se a entidade apresentou um plano de trabalho e a prefeitura concordou e à medida que entra outra fonte de é recurso complementar. Cilmara diz que entidade está com recurso menor que a despesa e não houve estudo para estipular valor. Gustavo diz que o planejamento é da prefeitura e no momento de contratar deve analisar quantas vagas serão custeadas. Não pode pagar vagas que historicamente nunca pagou, onde ocorre o questionamento do TCE. Rischini diz que o estudo técnico é a estimativa de custo, buscando todas as fontes de recursos. Gustavo dá um exemplo de uma creche privada que foi feito um convênio. O TCE apontou porque a criança em creche particular tinha um investimento de 3.000,00 e do setor público 1.000,00. Isso é irregular e o convênio foi cortado. Como solução foi ofertado outro projeto. Tem que ter equiparação entre o setor privado e público. Tem que ter em mente que temos uma parceria. A entidade tem que se virar para se manter, considerando aa forma de convênio e a demanda. Deve ser pago o custo do que a prefeitura utiliza. Rischini diz que há vantagem em se contratar a entidade para a prestação dos serviços. Jô diz que tudo que é contratado pela prefeitura tem que ter uma vantagem financeira. Rischini continua dizendo que fará reuniões individuais. Denis pergunta se é melhor o material ser enviado para verificação e Rischini concorda. Gustavo pontua sobre se a folha de pagamento vai ficar a nível de PPA ou LDO e se o gasto com a folha fica travado no PPA/LDO (contabilidade). Rischini diz que a Secretaria faz a previsão para 2026 e após é feita a projeção para os próximos exercícios. Gustavo pergunta sobre e centro de custo e é respondido que é na execução mas deve ser analisado na elaboração do PPA. Gustavo diz que vai

reduzir os centros de custos. Edilson diz que não fazemos gestão de custos que é o objetivo do centro de custo. Deve ser mantido o centro de custo de onde deve ser medido, nas várias unidades orçamentárias, por exemplo, qual o percentual de material ou serviço gasto em cada unidade orçamentária, apurando o custo total, inclusive folha. Gustavo pergunta novamente se a dotação da folha é travada na contabilidade. Edilson diz que normalmente pode ser utilizada a dotação dos encargos. Rischini pede para verificar se o funcionário está no centro de custo correto. Jô pergunta se um funcionário for desligado de um centro de custo, poderá transferir a dotação. Edilson responde que a princípio não. Diz que estamos fechando o primeiro quadrimestre para ver como vai se comportar e que será feita uma projeção, mas as dotações da folha geralmente estão equilibradas, não mexe. Edilson diz que é a primeira vez que as Secretarias estão entendendo e não planejava corretamente e agora estamos fazendo um planejamento com o pé no chão e incluindo o plano de governo com as políticas públicas dependendo de como vamos conduzir as finanças. Não podemos deixar de incluir o que o prefeito prometeu colocando o plano em ação. Se vai dar para novas ações depende da economia mundial, epidemias e outros fatores. O nosso norte é o plano de governo. Rischini fala sobre a dificuldade dos programas e ações pelas Secretarias. Edilson fala sobre a importância de se conhecer o que vai ser executado com os quantitativos, metas e indicadores corretos, como quantos atendimentos, quantos alunos, quantas obras e reformas. Não colocar só percentual. Michele pergunta se deve ser feito com muito detalhe. Edilson responde que o TCE quer que façamos o planejamento não necessitando especificar, por exemplo, política pública saúde da mulher, programa saúde da mulher. Michele pergunta, precisa ter a quantidade correta de mulheres a atender. Edilson exemplifica, no primeiro exercício vou fazer o atendimento de 900 mulheres, no segundo 950, aí podemos colocar que no último ano estaremos atendendo 90% de mulheres. Edilson continua, por exemplo, assistência social, quantas famílias em situação de vulnerabilidade, o que vou oferecer. O social é

mais detalhado porque as verbas vêm separadas (carimbadas). Mas as métricas variam muito, por exemplo, se ocorrer a invasão de assentados altera toda a previsão. Michele lembra sobre a questão da consulta pública, porque a Secretaria de Saúde está decidindo sobre a audiência para ouvir a população. Em que momento devemos ouvir a população uma vez que se trata de um planejamento para 4(quatro) anos. O programa de governo está dentro de políticas públicas, é voltado à população. A Saúde tem que fazer o plano municipal, PPA e o Programa Anual de Saúde. Edilson diz que ainda está faltando, porque em qualquer planejamento ocorre a retificação de rota com ele andando. Em um planejamento de quatro anos, eu ouvi a população no primeiro ano e quando chegar no segundo ano tenho que ouvir a população do que eu fiz, o que eu não fiz e o eu vou corrigir para o ano seguinte, porque as demandas se alteram. Tem que fazer anual para o PPA. Cilmara comenta que as receitas já estão estranguladas, como implantar um café solidário e um kit lanche para pessoas que utilizam os veículos da Prefeitura. Karoline comenta que, se não iniciar o planejamento não vai conseguir realizar em nenhum momento e pode ser que só consiga executar só no 4º ano do PPA e que pode ir sendo modificado. Gustavo comenta que isso é gestão pública. Edilson diz que talvez, com olhar de economista, a principal preocupação seja diminuir a necessidade social. Cilmara comenta que o kit para trabalhador rural não é necessidade social. Edilson diz que é promessa de governo e tem que incluir no planejamento para cumprir o que o prefeito prometeu devendo manter o acompanhamento durante a execução. Edilson diz que devemos ajustar estas situações de acordo com a Lei, de acordo com as possibilidades. Gustavo diz que o poder público tem a função de fomentar e não necessariamente executar, podendo colaborar com o que for preciso para o andamento do plano. Edilson diz que em muitas situações o munícipe prefere ficar no CADÚNICO por não ter remuneração satisfatória. É necessário gerar políticas públicas que geram salários melhores. Rischini diz que o café da manhã é uma atividade meio. Edilson diz que pode ser executado em parceria com as

Secretarias. Rischini comenta que o prazo para a finalização do PPA está se esgotando. Edilson diz que agora os responsáveis pelo PPA estão entendendo que os quatro anos não serão surpresa e tem objetivos dentro deste planejamento. Cristina faz comentários que para o café da manhã solidário, pode diversificar o que será oferecido e fala como era oferecido no passado. Gustavo comenta que em Descalvado temos 3 contratos para o mesmo objeto e cita o caso do lixo. Isso é falta de gestão. A Administração está trabalhando para ter apenas um contrato, por exemplo, transbordo, pode ter um contrato que faz tudo, pega o lixo na casa e deixa no aterro e um aterro que gera biocombustível. Dá outro exemplo, dos rastreadores, com contratos diferentes. Precisa planejar melhor para fazer apenas um contrato e só retornar no contrato no momento da renovação. Rischini comenta sobre os vários contratos de jardinagem e Gustavo fala que outro erro é fazer contrato visando local, tem que ser feito por metro quadrado de jardinagem. Karoline diz que o Tribunal está reiterando os apontamentos sobre a falta de planejamento e que agora estamos com dificuldades, mas que futuramente vai facilitar o andamento dos serviços, visto que podemos ir ajustando. Gustavo fala sobre o PCA e o prazo para elaboração e que a Lei de Licitação está implantada em Descalvado e orienta sobre a elaboração do PCA. Diz que o início é difícil, mas deverá ser feito o PCA de 2025 e 2026 e dá algumas orientações para a elaboração. O PCA vai para o PNCP, entrando no portal nacional e que é um orgulho Descalvado estar neste portal e que a elaboração deverá ser feita de forma equilibrada e com pesquisas reais de preços. Poderemos entrar no portal e ver tudo o que Descalvado vai fazer no ano inteiro. O controle interno vai ter um trabalho bem menor porque o TCE está entrando no portal para verificar as contas públicas. Em 2026 e 2027 poderemos não vamos mais receber auditoria in loco. Gustavo fala também sobre o CATMAT que está sendo feito e que a partir de agosto o TCE vai determinar que seja o catálogo do portal. Esse foi o objetivo da Lei 14.133. Finalizando fica decidido que as Secretarias concluam o PPA e passem para o coordenador do PPA. Edilson

diz que todos têm duas semanas para concluir. Cilmara pergunta se a progressão financeira para 2027, 2028 e 2029 vai ser feita pelo financeiro e Edilson fala que vai utilizar os índices do governo Federal, podendo utilizar por região. Denis confirma as datas de entrega do PPA que deverá ser feita pelas Secretarias, ficando encerrada a reunião. Nada mais havendo a ser tratado e com a confirmação do entendimento de todos, declara encerrada a reunião, lavra a presente Ata a qual foi considerada aprovada e assinada por todos os presentes.

Nilsa de Fátima Betaro	Bibele C. S. de Fabio
Josefone Rocha Cardoso	
Cleusis Medeiros da Silva	
DANIEL BERGAMINI	
Sandra Elisa Marcatto Boram	ADRIANO C. S. [illegible]
	Maria Cecilia Calegari Raque
Lucas V. de Souza	

ATA DA REUNIÃO PARA ELABORAÇÃO DO PPA 2026-2029

No quarto dia do mês de junho de 2.025, às 8:54h, na sala do setor administrativo da Secretaria de Educação e Cultura, reuniu-se o Senhor Antonio Aparecido Rischini e o Senhor Altemar Viana Nunes, exclusivamente para discussão e digitalização do PPA 2026/2029 da referida Secretaria. Depois de iniciado os trabalhos, às 12:00h ficaram concluídas as unidades: EMEI, CEI, ENSINO FUNDAMENTAL e MERENDA ESCOLAR. Ao final, ficou combinado de retornar os trabalhos às 9:00h do dia 05/06/2025, para concluir as unidades faltantes. Nada mais a ser tratado fica encerrada a reunião e assinada pelos presentes.

Altemar Viana Nunes

Antonio Aparecido Rischini

No dia 12 de junho de 2.025, ´precisamente as 8:20h compareceram nesta contadoria pública a Sra. Sueli Aparecida Govoni Mazaro, Silvana Maria Guerreiro Machado, Dario Maio e Valdecir Luis Marcolino, juntamente com Antonio Aparecido Rischini para tratar do PPA-2026-2029, e LDO-2026. Rischini colocou para todos as reais necessidades de se criar os programas, ações, metas, indicadores, ODSs, quantitativos e valores para a elaboração do PPA 2026-2029 e LDO2026. A partir dai começou-se a discutir a digitalizar no sistema os itens acima onde ficou formalizado, os procedimentos em consonância com a realidade da SEMARH. Nada mais a ser discutido foi emitido o relatório e enviado via e-mail e encerrada a reunião assinada por todos os presentes.

Antonio Aparecido Rischini - Contador e Coordenador do PPA

Sueli Aparecida Govoni Mazaro - Chefe da Seção da Gestão de Distribuição Manutenção e operação de Rede de Água e Esgotos.

Silvana Maria Guerreiro Machado - Chefe de Gestão de Qualidade de Recursos Hídricos

Dario Maio - Chefe do Planejamento e Fiscalização Ambiental

Valdecir Luis Marcolino - Diretor do Maio Ambiente e Recursos Hidricos

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO
PPA 2026-2029

Aos vinte e sete dias do mês de junho de 2.025, às nove horas, reuniram-se no anfiteatro da Prefeitura, os servidores responsáveis pela elaboração do PPA/LDO de cada Secretaria. O contador, Sr. Rischini inicia dizendo que cada unidade relacionou seus programas, metas, ações e indicadores, fazendo de acordo com a necessidade de cada Secretaria e que é a primeira peça do planejamento e terá vigência de 2026 a 2029. Foi colocado o valor para que conhecesse o resultado das ações considerando o que o prefeito pretende realizar e as despesas de caráter continuado, chegando no total de R$290.000.000,00. O grande problema é que em 2025 a receita poderá não atingir o que foi previsto, sendo assim vamos trabalhar com o valor da receita deste ano. Na elaboração da LOA, pode ser que este quadro mude. Diz que o Secretário de Finanças deverá decidir o que fazer. No orçamento anterior foi revisto e reduzido todo valor de obras e outras despesas que não eram de caráter continuado, não tinha fonte de financiamento. Diz que orçamento não é dinheiro, podendo ser suplementado, mas a falta de recurso trava a gestão. Diante do alto valor que se prevê para 2026 fica difícil saber o que fazer. Para a folha de pagamento foi projetado 5% de aumento, vai reduzir? Precatório, Câmara, recursos vinculados e emendas impositivas não podem ser mexidos. Vai reduzir obras? É uma saída. Redução do percentual de aumento também é uma saída. Continua demonstrando a previsão de cada unidade e só comenta os totais previstos. Sr. Gustavo fala que estamos fazendo o PPA, pensando em projeto, programa e ação e questiona porque colocar valores no PPA, diz que colocou as ODS e que os valores são menos relevantes no PPA do que na LOA e que o PPA é mutável. Deu um exemplo, a energia elétrica, que não planejou pagar energia elétrica no PPA e sim na LOA. Rischini diz que a decisão vai ser do Secretário de Finanças e que não tendo fonte de recursos não tem

como executar as ações e a regra é que a despesa seja igual a receita e que o orçamento é feito dentro da realidade. Se não tem fonte de financiamento não tem como apresentar à população. Gustavo diz que os programas vão ser realizados, mas não se sabe a quantidade porque vai depender da receita. Rischini diz que será feita uma revisão pelo Secretário de Finanças, nos valores do PPA. Gustavo diz que foi orientado em reunião de Secretários, a reduzir 6% do valor orçado para 2025, porque o orçamento de 2025 está superfaturado. Rischini explica que em 2025 chegou-se em 232 milhões de despesa e a receita ficou em 207.000. Foi alterada a metodologia de cálculo para suportar todas as despesas e ficou em 215 milhões. A receita não vai dar 215 milhões mas a despesa vai. Então 2026 precisa de uma segurança, pois se a receita em 2026 pode chegar em 215 milhões e a despesa está em 290 milhões, mesmo tirando o que foi aumentado de ações ainda fica alto, porque a folha teve aumento e terá em 2026. Rischini diz que deve ser considerada a receita no PPA para projetar as despesas. Gustavo diz que não trabalha com valor em PPA e sim em LOA. No PPA utiliza somente o programas, projetos e ações e projeta estes programas e ações na LOA com valores porque não tem receita no PPA. Rischini diz que a receita está sendo estimada em 215 milhões para 2026 e pergunta se deve diminuir os valores das ações e Gustavo diz que sim para que não responda por improbidade. Rischini diz que as ações e programas devem ter coerência e manter relação com a LOA. Gustavo faz algumas observações teóricas sobre o PPA e LDO, dizendo que o PPA dá a diretriz para 4 anos e a LDO para 1 ano e a LOA é feita com o que foi traçado no PPA. Rischini diz que só o que é de caráter continuado consome quase toda fonte de financiamento. Gustavo pergunta se alguma Secretaria fez a previsão com energia e em que programa e Rischini diz que sim e explica que está dentro de um programa já existente com uma ação para esta despesa. Adriano faz algumas observações sobre programas recorrentes e sobre incluir novos programas, específicos, de acordo com o plano de governo e outras melhorias. Gustavo segue fazendo alguns comentários sobre o seu entendimento sobre o PPA, LOA e a

forma que irá conduzir o orçamento da sua Secretaria e que se for colocar no PPA programa/ação das despesas obrigatórias não tem como investir em novos projetos. Rischini diz que o Secretário de Finanças irá avaliar para dar prosseguimento. Rischini continua a explanação, comentando que as despesas previstas para o exercício 2026 atingiram, R$290.000.000,00 e precisa ser reduzida visto que precisamos chegar em R$215.000.000,00. Comenta sobre a reserva para as emendas impositivas. Rischini cita algumas opções para reduzir e fala novamente que o Secretário de Finanças irá decidir o que vai manter ou cortar e que a receita prevista para 2026 está sendo mantida com o mesmo valor de 2025, enviada para a Câmara até 31/08 e o orçamento da despesa até 30/09. Rischini fala que não vê a possibilidade de aumento da receita 2025 até agosto. Fala da dificuldade em 2024, com a arrecadação não atingindo o previsto e que em 2025 poderá ocorrer a mesma situação, embora com diminuição dos precatórios, houve aumento na folha de pagamento, aumento no custo das aquisições. Rischini diz que todas as ações têm que estar dentro da previsão de 215 milhões e que historicamente Descalvado sempre esteve com boa situação, sem dívidas fundadas, somente estação de tratamento de esgoto e o parcelamento previdenciário de 2011. Fala sobre a audiência logo mais à noite e o que poderá ser apresentado, vista a apresentação por meio virtual e com a possível presença de munícipes. Gustavo questiona sobre a forma que será apresentado à população para demonstrar os programas e ações e Rischini esclarece que será da forma que o sistema utilizado oferece. Adriano comenta sobre algumas ações da sua Secretaria, que podem ser melhoradas, buscando a qualidade e se adequando à realidade. Gustavo faz mais algumas observações citando alguns exemplos de ações, tendo como objetivo a melhoria no serviço público e diz que precisa de um direcionamento sobre os moldes para elaborar o PPA, vista a divergência de entendimento e dá como exemplo uma construção não prevista no PPA, poderá ser colocada na LOA? Rischini diz que existe a possibilidade de ser prevista na LOA, fazendo alteração do PPA e diz também

que para todas as despesas têm que ter fonte de financiamento, que o gestor tem o papel de controlador interno e que os problemas discutidos nesta reunião serão levados ao Secretário de Finanças. Agradece a todos os presentes e encerra a reunião. Nada mais havendo a ser tratado e com a confirmação do entendimento de todos, declara encerrada a reunião, lavra a presente Ata a qual foi considerada aprovada e assinada por todos os presentes.

nilsa F. Botaro	
Bibele B. S de Fabio	
DANIEL BARBATTI	